



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679582 - SP (2021/0216520-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAPHAEL CAMARÃO TREVIZAN - AC004256
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCO ANTONIO MANOEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCO ANTONIO MANOEL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2137868-54.2021.8.26.0000).

O paciente foi condenado à pena de 43 anos, 11 meses e 25 dias de reclusão. Formulado pedido de progressão de regime, o Juízo singular determinou a realização de exame criminológico. Contra essa decisão a defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela 5ª Câmara de Direito Criminal do TJSP.

A impetrante sustenta, no presente *habeas corpus*, que, para a progressão de regime, é exigido tão somente “o cumprimento do lapso temporal e a ausência da prática de falta grave nos doze meses anteriores ou o cumprimento do requisito temporal exigível para a obtenção do direito após a data da conduta faltosa” (fl. 7). Acrescenta que “não há mais espaço no ordenamento jurídico para a realização do exame criminológico, restando superada a súmula 439 do STJ” (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem de *habeas corpus* para afastar a realização do exame criminológico e deferir a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração – progressão de regime –, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente